



Bolsas		Pontuação B3				Dólar		Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quinta-feira		IBOVESPA nos últimos dias				Na quinta-feira		Últimos	Comercial, venda na quinta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,94%	São Paulo	206.911	206.220			R\$ 5,024		R\$ 1.621	R\$ 5,634	13,65%	13,61%	0,67
0,1%	Nova York	5/10	6/10	7/10	8/10	(+ 0,26%)	1/outubro 5,220					0,58
							2/outubro 5,216					0,16
							5/outubro 5,000					0,07
							6/outubro 4,975					-0,32
							7/outubro 5,011					

CONGRESSO

Fim da escala passa pela terceira sessão

A tentativa da base governista de acelerar a votação da PEC que reduz a jornada ainda esbarra na falta de assinaturas

» ROSANA HESSEL
» PEDRO JOSÉ BORGES
» ARMANDO HOLANDA

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala 6x1, a PEC 221/2019, teve a terceira sessão de discussão realizada, ontem, no plenário do Senado Federal. Foram pouco mais de três horas de sessão, na qual o senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu a proposta e garantiu que a votação será na semana que vem.

A PEC 221/2019 prevê a redução da jornada de trabalho semanal de seis para cinco dias, com dois dias de descanso, sem redução salarial. Devido ao apelo popular, a matéria pode ser a “bala de prata” para o candidato e presidente Luiz Inácio Lula da Silva derrotar o filho mais velho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no segundo turno. Enquanto sobre o tema na página do Senado Federal indica que a matéria tem o apoio de 96,2% das pessoas que responderam à pesquisa, totalizando 2.014. Apenas 66 pessoas deram respostas contrárias.

A tentativa da base governista de acelerar a votação da PEC que prevê o fim da escala 6x1 no Senado ainda esbarra na falta de assinaturas para a apresentação de um requerimento de calendário especial. A líder do governo no Senado, senadora Teresa Leitaõ (PT-PE) afirmou, ontem, a jornalistas, que o número de apoios necessários para formalizar o pedido ainda não foi alcançado.

O regimento interno do Congresso exige um intervalo mínimo de cinco dias úteis entre as sessões de votação do primeiro e do segundo turno, além de cinco sessões de discussão antes do 1º turno e três sessões antes do 2º turno. O requerimento para a quebra de interstício acaba com esses prazos entre os dois turnos, ou seja, acelera e permite a votação de tudo em um único dia. Apesar do entrave, o presidente

Ton Molina/Agência Senado



A líder do governo no Senado, Teresa Leitaõ e o presidente Alcolumbre negociam a aprovação da PEC ainda antes do segundo turno

do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), sinalizou, em conversa com jornalistas nos corredores da Casa, que não vê problemas na apresentação do requerimento mesmo sem o número mínimo de assinaturas exigido. A sinalização de Alcolumbre é vista como um indicativo de que a cúpula do Senado não pretende transformar a exigência regimental em um obstáculo político para o avanço da matéria. O calendário especial é uma das alternativas discutidas para

encurtar os prazos de tramitação e permitir que a proposta seja analisada com maior rapidez.

Alcolumbre lembrou que são necessárias 54 assinaturas para o governo apresentar o pedido de aceleração da votação da proposta de fim da escala 6x1, mas esse número pode ser menor, ainda que caibam questionamentos. Se apresentado e aprovado o pedido, a tramitação da PEC fica mais rápida, e o governo terá a oportunidade de ver o fim da escala 6x1 sob votação

antes da eleição presidencial de 25 de outubro.

“Já houve vários episódios com um número muito menor do que 54. Então, pode ser que apresente o requerimento com um número menor. Pode questionar? Pode. Mas os outros (episódios), eles não questionaram. Só que, logicamente, eu vou ter que esperar quem vai apresentar para saber se vai ter 54 ou não”, disse Alcolumbre.

A avaliação da base governista é de que o posicionamento do

presidente da Casa poderá ser determinante para destravar as negociações, embora a eventual flexibilização do procedimento ainda dependa de encaminhamento regimental. A senadora Teresa Leitaõ, contudo, não informou quantas assinaturas já coletou nem quantos signatários pretende obter no requerimento, mas garantiu que o número está em “uma escala crescente”. “Nós vamos ter todas as assinaturas necessárias”, garantiu. Ela pretende apresentar o requerimento



A redução da jornada para 40 horas semanais, sem redução salarial, é uma luta que travamos no Brasil desde a época de Getúlio Vargas”

Paulo Paim, senador

na próxima semana até quarta-feira. A parlamentar negou que o tempo levado para obter as assinaturas coloque a PEC em risco. “De jeito nenhum. Marco Maciel, um político de Pernambuco, dizia: “em política, quem tem prazo não tem pressa.”

Pelas regras, ainda são necessárias mais duas sessões de discussão para completar o total de cinco sessões antes da votação em primeiro turno. E, para ser aprovada no Senado, a PEC precisa de, no mínimo, 49 votos favoráveis em dois turnos — ou seja, o equivalente a três quintos dos 81 senadores da Casa.

O senador Paulo Paim afirmou que será possível a votação ainda na noite de quarta-feira que vem, com as duas sessões que faltam serem realizadas nos dias 13 e 14, logo após o feriado de segunda-feira — dia de Nossa Senhora Aparecida, a padroeira do Brasil, que esteve no centro dos debates da corrida presidencial antes do primeiro turno. “A redução da jornada para 40 horas semanais, sem redução salarial, é uma luta que travamos no Brasil desde a época de Getúlio Vargas. Avançamos na Constituinte e estamos agora neste debate aqui no Plenário do Senado, depois de ter sido aprovada a PEC 221 lá na Câmara dos Deputados”, afirmou.

MP do imposto seletivo seguirá após as eleições

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou, ontem, que o governo pretende enviar ao Congresso Nacional, após o segundo turno das eleições, a medida provisória (MP) que estabelecerá as alíquotas do Imposto Seletivo. Após reunião com o relator da reforma tributária na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), Durigan afirmou que o acordo com os setores econômicos afetados pelo imposto foi concluído nesta semana. Uma nova reunião sobre o tema está prevista para a próxima semana, informou o ministro.

“Concluímos um acordo essa semana. Na semana que vem, vai ter uma reunião, com o compromisso do governo do presidente Lula de encaminhar o acordo feito com os setores para o Congresso após as eleições”, disse Durigan a jornalistas. A decisão de adiar o envio da proposta busca evitar que a discussão tenha impacto político durante a campanha eleitoral.

A proposta do governo prevê

manter a carga tributária atualmente cobrada pelo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos setores que passarão a ser tributados pelo Imposto Seletivo a partir de 2027. Entre os segmentos afetados estão veículos, embarcações e aeronaves; Cigarros e outros produtos derivados do tabaco; Bebidas alcoólicas e açucaradas; Bens minerais; Concursos de prognósticos e modalidades de apostas esportivas.

A cobrança do novo imposto, no entanto, poderá começar apenas no fim de janeiro ou início de fevereiro de 2027. Para que a tributação entrasse em vigor em 1º de janeiro, a medida precisava ter sido enviada até 2 de outubro de 2026.

Split payment

Durante a entrevista, Durigan rebateu críticas ao mecanismo de split payment (pagamento dividido, em inglês), sistema que prevê o recolhimento do tributo no

momento da transação financeira. Na avaliação do ministro, parte das críticas contribui para ampliar a desinformação e gerar insegurança entre os empresários.

“Tem algumas questões que são importantes esclarecer para a gente tirar confusão, desinformação e dúvida que muitas vezes pode estar aparecendo até propositalmente”, declarou.

Segundo ele, a implantação será gradual e começará de forma opcional nas operações entre empresas. Pequenos negócios que vendem diretamente ao consumidor final não serão atingidos inicialmente. “O split payment começa a valer de maneira opcional e gradual na relação entre empresa e empresa”, afirmou.

O ministro argumentou que o fim da substituição tributária poderá melhorar o fluxo de caixa das empresas. No modelo atual, em determinadas operações, uma empresa recolhe antecipadamente tributos referentes a etapas posteriores da cadeia produtiva.

Durigan também disse que o governo pretende oferecer apoio às empresas durante a transição, com linhas de crédito e ajustes normativos caso sejam identificadas dificuldades de adaptação.

Com a reforma, a expectativa é de que cada elo passe a recolher o imposto correspondente à própria obrigação tributária.

O ministro também contestou a possibilidade de prorrogação da reforma e afirmou que a medida adiará decisões já aprovadas pelo Congresso, incluindo a desoneração de tributos sobre produtos da cesta básica nacional e o mecanismo de cashback, que prevê a devolução de impostos a determinados consumidores.

Durigan defendeu que a implementação siga o calendário previsto e ressaltou a importância de esclarecer as regras para reduzir as incertezas durante a transição para o novo sistema tributário. (Agência Brasil)

Washington Costa



Durigan discutiu a reforma com o relator Aguinaldo Ribeiro